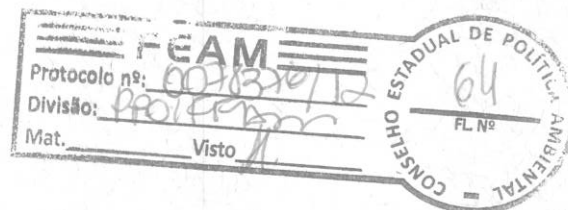




# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Processo nº: 78/1991/11/2006

**INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**

Referência: Auto de Infração nº F0071/2006.

## PARECER JURÍDICO

### RELATÓRIO:

1 – A Prefeitura em epígrafe foi autuada como incurso no inciso III, do artigo 87, com agravante prevista no artigo 69, II, c, ambos do Decreto nº 44.309/06, por ter cometido a seguinte irregularidade: *“Descumprir os incisos I, II e V do artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, provocando degradação ambiental”*.

Constam do Auto de Infração dois responsáveis solidários: Jussara Menicucci de Oliveira- Prefeita e Pedro Marcio Laurente, responsável técnico.

2 - O processo encontra-se formalizado. Tempestivamente, a autuada apresentou sua defesa, no entanto, não foi observado o disposto no artigo 35 do Decreto 44.309/06 que estabelece os requisitos que deveria conter a defesa. O fato é que a autuada atendeu todos os requisitos do artigo 35 do Decreto nº 44.309/06, porém o item II foi atendido parcialmente, ou seja, além da identificação do autuado deveria ter apresentado o CNPJ.

Consta dos autos despacho exarado do Procurador-Chefe da FEAM para o prosseguimento do feito dentro dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

Desta forma e considerando o direito de petição da autuada, no direito de ampla defesa, no interesse da Administração Pública de apurar os fatos narrados no Relatório de Vistoria e transcrito no AF de nº00071/2006, passaremos a apontar as razões da defesa apresentada pela autuada, que em síntese alega:

- o lixo doméstico no município de Lavras vem recebendo os maiores investimentos e tratamento responsável em toda a sua história, posto que, a atual administração tem como princípio maior e melhor qualidade de vida para seus munícipes;
- que nunca em todas as administrações passadas fora feito tanto para o perfeito atendimento da população em especial a coleta e disposição de lixo doméstico;
- a multa não pode prosperar tendo em vista as ações que vem sendo implementadas pela atual administração, não sendo verdadeiras as constatações contidas no referido auto;
- o fiscal não pode afirmar a existência de nascente a jusante do maciço de resíduos, mesmo porque o mesmo (fiscal) não se desincumbiu de localizar a suposta nascente e muito menos se deu o trabalho de medir

através de material apropriado ou mesmo GPS qualquer nascente locada a jusante do maciço de resíduos;

- com relação à drenagem, mais uma vez demonstrou sua disposição em apenar o município, vez que, os trabalhos de drenagem pluvial vinha sendo executado de maneira satisfatória, a conter as águas das chuvas impedindo desta forma interferência dessas águas com o lixo depositado;
- o serviço de recobrimento do lixo coletado é desenvolvido com base na melhor técnica, ou seja, esteirado e recoberto diariamente com terra apropriada, com não menos 20 (vinte) centímetros de terra;
- as supostas irregularidades verificada no aterro controlado pelo Município de Lavras foram devidamente contestadas devendo ser realizada outra vistoria;
- o município demonstra com documentos, entre eles, declarações, contratos, material fotográfico, mídia digital (DVD) a inexistência das irregularidades contidas no auto em questão;
- a multa imposta corresponde a parte da receita pública destinada justamente a mitigar a responsabilidade com o meio ambiente;
- por fim, espera o provimento do recurso e a anulação do auto.

3 - O Parecer Técnico de dezembro de 2011 conclui que, não procede a defesa apresentada, uma vez que o depósito de lixo ainda apresenta graves problemas operacionais como: presença de catadores em grande número; animais; ausência de sistemas de drenagem pluvial e, vestígios de queima, ratificados pelas sucessivas visitas anuais.

4 – Do ponto de vista jurídico a autuada não apresentou nenhuma alegação ou impugnação capaz de descaracterizar o Auto de Infração. O fato constitutivo da irregularidade está amplamente comprovado, pois a municipalidade não atendeu a DN 52/01 e, ainda não atendeu de forma a regularizar sua situação ambiental.

As alegações técnicas foram amplamente analisadas e contestadas no Parecer Técnico acostado aos autos.

Insta salientar que a alegação apresentada foi atribuída as dificuldades da antiga administração e não são capazes de alterar ou modificar a situação de irregularidade.

Quanto às demais alegações apresentadas na defesa, nenhuma delas apresenta quaisquer argumentos que pudessem descaracterizar o cometimento da infração, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

O Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

*“Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa”*

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 20.001,00, além da agravante prevista no artigo 69 do Decreto nº 44.309/06, por ser a mais benéfica ao autuado.


## II) CONCLUSÃO

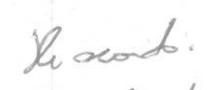

Isso posto, diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos a Vice-Presidente da FEAM, sugerimos a manutenção da penalidade de multa, no **valor de R\$26.668,00** (porte médio, infração gravíssima) com agravante prevista no artigo 69, II, a, do Decreto nº 44.309/06, valor alterado por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Sugerimos, ainda, a Vice-Presidente da FEAM a exclusão dos devedores solidários, pois a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes. (art. 265 do Código Civil).

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 2012.

  
Carmen Lúcia Santos Silveira  
OAB/MG 38.838/MG – MASP 1043754-9  
Procuradoria da FEAM

  
Em 1º/02/12.  
  
Gustavo Chaves Carneiro Machado  
Procurador do Estado  
Procurador - Chefe da FEAM  
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7

